

O caminho burocrático da morte e a máquina de fazer desaparecer: propostas de análise da documentação do Instituto Médico Legal-SP para antropologia forense^{1 2}

Márcia Lika Hattori³
Rafael de Abreu e Souza⁴
Ana Paula Moreli Tauhyl⁵
Luana Antoneto Alberto⁶

Resumo

O artigo traz um panorama sobre a pesquisa desenvolvida com a documentação do Instituto Médico Legal de São Paulo (IML-SP), sob guarda do Arquivo Público do Estado de São Paulo, no âmbito dos trabalhos de buscas de desaparecidos e mortos políticos desenvolvido pela Antropologia Forense para tentativa de identificação dos remanescentes humanos encontrados na Vala Clandestina de Perus (SP). Foram analisadas três séries documentais (exames necroscópicos, declarações de óbito e livros de fotografias) como passo fundamental frente à desmaterialização e fugacidade acarretadas pelas políticas de desaparecimento. O objetivo foi o de seguir o caminho burocrático da morte, porém, a pesquisa elucidou os mecanismos de desaparecimento e de produção de desconhecidos do período, permitindo uma compreensão de como estratégias repressivas utilizaram um sistema institucionalizado, já em andamento, para também forçar o desaparecimento de opositores do regime.

Palavras-chave: Desaparecimento forçado. Antropologia Forense. Instituto Médico Legal.

Abstract

The article provides an overview of the research carried out with documentation of the Legal Medical Institute of São Paulo (IML-SP), under the custody of the São Paulo Public Archive, as part of the search work developed by Forensic Anthropology to attempt to identify the human remains found in a mass grave called Vala de Perus (SP). Three documentary series were analyzed (necropsy reports, death certificates and photo books) as a fundamental step forward dematerialisation and transience brought about by the disappearance policies. The aim was to follow the bureaucratic way of death, however, the research has elucidated the disappearance mechanisms and the production of people

¹ Fizeram parte do trabalho com a documentação do IML-SP no APESP: Ana Paula Tauhyl, Felipe Faria Quadrado, Márcia Lika Hattori e Rafael de Abreu e Souza, consultores durante o período de 2014-2015 para o PNUD. Contribuíram também os estudantes da UNIFESP: Marina Figueiredo, Michele Chaves, Raissa Marcondes, Vinícius Faustino Ferreira da Silva, Mayara de Lara Teixeira de Souza, Frederico de Oliveira Foini, Helena Tacola Ramalho e Heloisa Catani Mariani Pavoni Matias.

² Agradecemos ao APESP, em especial a Marcelo Quintanilha, Marcelo Chaves e suas respectivas equipes que disponibilizaram um espaço de consulta da documentação, o qual possibilitou a análise célere de mais de 10 mil documentos. A Ivan Seixas e à Comissão Estadual da Verdade Rubens Paiva, que nos abriram os caminhos.

³ Historiadora e mestre em Arqueologia pelo Museu de Arqueologia e Etnologia da USP. Coordenou os trabalhos antemortem no âmbito do Grupo de Trabalho Perus durante um ano como consultora do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) para a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Correio eletrônico: marcia.hattori@gmail.com

⁴Arqueólogo, doutorando em Arqueologia pelo Museu de Arqueologia e Etnologia da USP e em Ambiente e Sociedade pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas Ambientais da UNICAMP. Trabalhou como perito para o GTA, Grupo de Trabalho Araguaia, e para o GTP, Grupo de Trabalho Perus, além de participar de projetos de antropologia e arqueologia forenses em âmbito internacional. Correio eletrônico: rafaelabreusouza@gmail.com

⁵ Historiadora e mestre em Arqueologia pelo Museu de Arqueologia e Etnologia da USP. Trabalhou nas pesquisas sobre os dados *antemortem* no âmbito do Grupo de Trabalho Perus durante um ano como consultora do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) para a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Correio eletrônico: anatauhyl@gmail.com

⁶ Historiadora e mestre em Arqueologia pelo Museu de Arqueologia e Etnologia da USP. Trabalhou nas pesquisas sobre os dados *antemortem* no âmbito do Grupo de Trabalho Perus durante um ano como consultora do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) para a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Correio eletrônico: lua_alberto@hotmail.com

with no name – NN, allowing an understanding of how repressive strategies used an institutionalized system, already underway, to also force the disappearance of opponents of the regime.

Keywords: Forced disappearance. Forensic Anthropology. Legal Medical Institute.

O Instituto Médico Legal (IML) da cidade de São Paulo é um órgão público estadual subordinado à Superintendência da Polícia Técnico-Científica paulista responsável por periciar os corpos de pessoas envolvidas em mortes violentas e suspeitas para elaboração de laudos que darão suporte a investigações criminais. Cabe também ao IML a perícia de pessoas vivas para exames de lesões corporais, conjunção carnal, abortamento, estupro, atentado ao pudor, sanidade física, verificação de idade e embriaguez (MEMORIAL DA RESISTÊNCIA, 2015, artigo 4º). Existem basicamente três casos previstos em lei⁷ para a necropsia no IML: morte violenta (por acidente de trânsito ou de trabalho, homicídio, suicídio, etc.); morte suspeita ou morte natural de pessoa não identificada.

Nos casos de morte por falta de assistência médica ou por causas naturais desconhecidas de pessoas identificadas, os corpos são encaminhados para o Serviço de Verificação de Óbito da Capital (SVOC), órgão ligado à Universidade de São Paulo.⁸ Como as perícias médico-legais são feitas mediante requisição escrita de autoridades policiais ou judiciárias, todas devem ser documentadas, já que fazem parte de investigações, gerando, assim, um corpo documental que possibilita ou deveria possibilitar o rastreamento de todo o caminho do corpo desde o seu encontro – local da morte – até o local de sepultamento.

Entenda-se que este rastreamento garante a própria existência do corpo, da pessoa, do histórico e de sua memória. Sem a possibilidade de rastrear pela documentação, entra-se em uma espécie de limbo, um vácuo incerto que aponta para distintas direções e, portanto, para direção alguma, desaparecendo com as evidências que garantem o conhecimento da informação e, portanto, desaparecendo com o corpo, que, se buscado pela família, como um desaparecido, muito provavelmente não será encontrado. Em uma sociedade em que nos garantimos como cidadãos e provamos nossa existência para o Estado pelos documentos, pela materialidade do papel e das informações nele contidas, seu oposto, a não existência dos documentos, acarreta ou mesmo garante nossa inexistência, o não acesso a direitos básicos de cidadania e, logo, a total insegurança (DAMATTA, 2002).

Durante a ditadura militar no Brasil, parte da estratégia repressiva do terror de Estado foi a da eliminação do inimigo interno no escopo de um regime disciplinar, entendido na acepção

⁷ Lei nº 10.095, de 3 de maio de 1968

⁸ Serviço de Verificação de Óbito da Capital – USP. Disponível em: <<http://www.svoc.usp.br/>>. Acesso em 12 de novembro de 2015.

foucaultiana, cuja domesticação do corpo e normatização dos indivíduos utilizou-se do biopoder para promover complexos processos de limpeza social. Eliminar a existência física e social do inimigo deveria ser dialógico à ocultação dos corpos, o que ocorreu com inúmeras pessoas ligadas à militância política e vinculadas a diferentes organizações, assassinadas pelos órgãos da repressão, tendo sido, muitos deles, enterrados em cemitérios municipais. Exemplo disso é o Cemitério Dom Bosco, criado durante a gestão do então prefeito interventor Paulo Maluf, no ano de 1971, e que, tão logo, passou a receber corpos não reclamados, sem identidade, do município de São Paulo – os *desconhecidos*. A década de 1970 assiste a uma mudança nas formas de eliminação pela repressão política: de mortos oficiais reconhecidos pelos órgãos repressivos a desaparecidos, cujo destino não se sabe ao certo.⁹

Vale ressaltar que, neste momento, a aproximação do Brasil com a França permite a vinda de conhecimentos sobre a aplicação do terror que tem seu cerne na Noite e Neveiro nazista, aplicado pelos franceses contra as guerras de independência no mundo colonial, como Indochina e especialmente Argélia, e a vinda de militares franceses para dar aulas de tortura e desaparecimento no começo da década, conhecimento aperfeiçoado e contextualizado pela ditadura brasileira (SANTOS, 2014). O ano de 1974 é exemplar da mudança na forma de atuação da repressão, pois todas as pessoas que pertenciam a movimentos ou partidos de esquerda pegos pela repressão, desapareceram, não havendo, assim, mortos oficiais (ALMEIDA, 2009).

Ao amarrar o desejo de eliminação física e social da existência com um processo bastante burocrático, que envolve diversas instituições – as quais, de modo indireto, por distintas razões, perdem ou ao menos não garantem a preservação da informação por meio de documentos em papel –, o Estado criou, utilizou e reproduziu um complexo mecanismo que resulta na desaparecimento de pessoas e de corpos – um sistema legal, que envolve desde a perícia no local da morte até as faculdades de medicina e os corpos das aulas de anatomia, passando por cemitérios, institutos médico-legais e outros órgãos oficiais do Estado.

[...] a manutenção do nome falso nos atestados de óbito, mesmo se a identidade do morto fosse conhecida; corroboração das versões policiais de morte pela perícia médica, ainda que fossem notados sinais de tortura no cadáver, o traslado de corpos ao cemitério em média 1 dia depois do óbito, em claro desrespeito a legislação vigente que já assegurava a permanência de no mínimo 72 horas dos corpos no necrotério à espera que alguém venha reclamá-los. (TELES, 2015).

Destarte, constituiu-se uma das mais terríveis estratégias da repressão que teve no Instituto Médico Legal de São Paulo um dos seus principais braços, de modo que se cria uma forma de

⁹ Embora consolidado o conceito de desaparecido para todos aqueles que são reconhecidos pelo Estado ou não, utilizamos as categorias de morto e desaparecido para diferenciar a mudança na política repressiva durante a ditadura militar.

desaparecimento administrativo, consciente ou inconsciente, que estabelece um *modus operandi* para o caminho da morte que ainda está em funcionamento atualmente, assim como o terrorismo de Estado (exemplos de diferentes movimentos contrários a tal terrorismo para o período democrático: o grupo Mães de Maio, Mães de Acari, Programa de Localização e Identificação de Desaparecidos do Ministério Público do Estado de São Paulo, entre outros).

Dado tal panorama, o objetivo deste artigo é apresentar os procedimentos adotados na análise da documentação da década de 1970 do Instituto Médico Legal cujo acervo está, em parte, sob a guarda do Arquivo Público do Estado de São Paulo. Julga-se importante esta reflexão e divulgação tendo em vista que a Antropologia Forense no Brasil difere sobremaneira do modelo latino-americano que a entende como a aplicação da arqueologia, da antropologia social e biológica a contextos forenses, criminais e de violência do Estado, com diálogos estreitos com os direitos humanos, com o papel político e a responsabilidade social das buscas por desaparecidos, e que entende o desaparecimento como um processo físico e social. O trabalho foi realizado por equipe de consultores para a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República no âmbito do GTP (Grupo de Trabalho Perus) – para a retomada das análises dos remanescentes ósseos humanos da Vala Clandestina de Perus com vistas à identificação.¹⁰ Para tanto, foram cruzadas diversas séries documentais com os dados referentes aos diferentes desaparecidos no estado de São Paulo, a fim de levantar possíveis suspeitos dentre aqueles enterrados como desconhecidos no cemitério de Perus. Como consequência, foi possível trazer à tona os passos e a documentação gerada que envolve o caminho burocrático do corpo após a morte.

Uma das prerrogativas do trabalho era uma melhor compreensão da política de fazer desaparecer os corpos, empreendida pela ditadura no contexto paulista. Embora o acervo do APESP, em especial o acervo DEOPS/SP, tenha sido largamente pesquisado inicialmente pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos e, posteriormente por diferentes pesquisadores e comissões da verdade, o mesmo tratamento não havia sido dado por pesquisas em Antropologia Forense no Brasil, uma vez que se trata de um campo que assumiu contornos bastante reduzidos, em geral por sua medicalização. Somou-se ao quadro o dado de que essa documentação do Instituto Médico Legal foi recentemente doada para o Arquivo Público do Estado de São Paulo – no início de 2014 –, e ainda está em processo de tratamento e catalogação pela instituição.

A hipótese do trabalho foi a de que os centros de repressão se utilizaram da própria burocracia estatal (que envolve diferentes instituições e quase nenhum diálogo entre elas) para

¹⁰ Os autores deste artigo desenvolveram este trabalho via editais de consultoria com a vigência de um ano pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD.

inserir as vítimas de desaparecimento forçado¹¹ em um mecanismo pré-existente que desaparecia com pessoas dentro de um sistema, de modo direto ou indireto, consciente ou não, a partir da falta de preenchimento de dados, do não arquivamento e/ou da perda de informações ao longo do processo, naquilo que temos denominado “desaparecimento pelas vias administrativas”. Bastava, portanto, não copiar um número, passar a limpo de um outro modo, perder um papel, para que o caminho do corpo se desfizesse, para que as identidades individuais fossem suprimidas, para que a pessoa perdesse as evidências que permitiam sua rastreabilidade e localização, negando-se a possibilidade de ligar as informações obtidas a partir do corpo ou esqueleto à memória e à história de alguém.

Para apresentar tais reflexões, o artigo divide-se em três partes: a primeira delas referente ao contexto da pesquisa; na sequência, explanações sobre a escolha das séries documentais e, por fim, uma terceira parte sobre o que foi denominado neste artigo o caminho burocrático da morte (ou o que a documentação tem evidenciado). Finaliza-se o texto com algumas considerações sobre o desaparecimento na cidade de São Paulo.

1. O contexto

A vala clandestina de Perus, local de ocultação e despojo de restos mortais de desaparecidos durante a ditadura militar, é um dos maiores legados autoritários da ditadura. Em 1990, diante da denúncia realizada pela Comissão de Familiares, através do jornalista Caco Barcellos e do então administrador do cemitério, Antônio Eustáquio, a vala materializa uma angústia de décadas, ao ser aberta, causando grande repercussão na imprensa durante a gestão de Luiza Erundina na Prefeitura de São Paulo. Sua abertura representou não só a fisicalidade da existência de uma vala clandestina, não conhecida, não registrada, com milhares de indivíduos, algo que os familiares de mortos e desaparecidos políticos já tinham conhecimento durante o período da ditadura, mas também seu reconhecimento pelo poder público. Segundo Amanda Brandão:

É consenso dentre os membros da Comissão de Familiares a relevância deste evento para busca dos seus entes. Segundo eles, ter exposto os ossos para a sociedade legitimou a luta dos familiares, trazendo concretude a uma denúncia que soava abstrata para a população. Representou a comprovação da existência dos desaparecidos. Como resultado, houve um grande impulso na busca por informações: os estados brasileiros começaram a abrir os arquivos dos DOPS, primeiro Pernambuco, depois Paraná, São Paulo e mais tarde o Rio de Janeiro [...]. (BRANDÃO, 2014).

¹¹ Partimos das definições da CNV (2014) e do CICV (2005) que consideram que o desaparecimento forçado ocorre quando há privação de liberdade perpetrada por agentes do Estado – ou por pessoas ou grupo com autorização, apoio ou consentimento do Estado –, seguida da recusa em admitir a privação de liberdade ou informar sobre o destino ou paradeiro da pessoa, impedindo o exercício das garantias processuais. O Estado atua clandestinamente, retira a vítima da esfera da proteção da lei e impede que seus familiares e a sociedade conheçam as circunstâncias do desaparecimento.

Esse impulso pela busca de informações possibilitou importantes investigações realizadas no âmbito da Comissão Parlamentar de Inquérito – a CPI de Perus/ desaparecidos – que desvelou importantes dados sobre um sistema que desaparecia com a existência física e com as informações históricas dos corpos, e sobre os agentes envolvidos. O relatório final produzido deu conta dos diferentes agentes e instituições envolvidas e, o que nos interessa aqui, o papel do Instituto Médico Legal de São Paulo como braço da repressão. O acervo gerado pelas transcrições das audiências públicas resultou em mais de 5 mil páginas disponibilizadas posteriormente.

Junto à CPI de Perus, familiares de desaparecidos uniram esforços para buscar, nos recém-abertos arquivos do DEOPS, documentos que pudessem contribuir para as investigações sobre os desaparecidos. São eles os primeiros a manusear tal documentação. É digno de destaque o protagonismo da Comissão de Familiares nas buscas, o que sempre representou uma importante força de pressão para o Estado brasileiro. Assim, durante anos, a única sistematização existente e disponível para o público foi a pesquisa desenvolvida pelos próprios familiares na época da abertura da vala clandestina e dos arquivos do DEOPS na década de 1990. Fichas, fotografias, documentos encontram-se separados por morto ou desaparecido no Instituto de Estudos sobre Violência de Estado (IEVE). Também em relação a esse início de trabalho com os arquivos do período da ditadura, Caco Barcellos, investigando a violência policial na cidade de São Paulo, é um dos primeiros a pesquisar nos arquivos do Instituto Médico Legal de São Paulo.

Os trabalhos de identificação, inicialmente realizados pela UNICAMP¹², foram abandonados e retomados pela USP nos anos 2000, quando novamente pararam. Ações pontuais surgiram a partir daí principalmente pela ação do Ministério Público Federal, que em 2005 entrou com uma ação civil pública contra as instituições e os coordenadores responsáveis pelo abandono dos trabalhos, incluindo aí três grandes universidades, a USP, a UNICAMP e a UFMG. Tais ações envolveram algumas diligências e buscas por sepulturas individuais¹³ realizadas pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República e pela Polícia Federal, assim como envios de amostras de DNA que possibilitaram a identificação de outro desaparecido¹⁴ em 2005.

Em 2013, novo fôlego foi dado graças à Associação Brasileira de Anistiados Políticos (ABAP), que financia um diagnóstico realizado pela Equipe Argentina de Antropologia Forense (EAAF, 2013), cujo resultado apontou para a necessidade urgente de uma nova análise dos remanescentes humanos. Em julho de 2014, uma nova equipe de arqueólogos, bioantropólogos e historiadores brasileiros, junto a membros da EAAF e da EPAF (Equipe Peruana de Antropologia Forense) passou a

¹² Foram identificados dois desaparecidos que estavam na vala – Frederico Mayr e Dênis Casemiro.

¹³ Como os casos de Aylton Mortati e Luís Hirata.

¹⁴ Identificação de Flávio Carvalho Molina.

atuar com profissionais de diferentes IMLs do Brasil, da SENASP e da Polícia Federal, retomando o trabalho de análise óssea, *a priori*. Esse novo perfil multidisciplinar, onde não predominam apenas aqueles com formação médica e odontológica, como é usual e exclusivo no país, possibilitou a implantação de uma nova abordagem para o Brasil, guiando as buscas pela ótica latino americana de Antropologia Forense, a qual envolve, grosso modo, quatro etapas básicas para atuação nestes contextos: 1) Pesquisa Preliminar, 2) Levantamento de dados *AnteMortem*, 3) Análise *Post-Mortem*, 4. Análise genética.

A análise documental insere-se nas etapas Pesquisa Preliminar e Levantamento de Dados *Antemortem*, que objetivaram o conhecimento pormenorizado do contexto da abertura da vala na época ditatorial, mas, em especial, a compreensão dos próprios procedimentos de busca levados a cabo desde os anos de 1990 que, pela sua própria falta de sistematização, resultados, síntese, ou seja, pela ausência de documentação, e pela existência de incertezas e lacunas, resultou em mais angústia e violência para com os familiares. Além disso, tal situação acarretou a repetição de processos iniciados pela repressão, de um ponto de vista psicanalítico, como a repetição e manutenção dos efeitos do próprio desaparecimento.

No caso da Pesquisa Preliminar para a vala de Perus, foram tomados como objetivos: 1) A organização e levantamento da documentação sobre o processo de identificação dos remanescentes ósseos humanos encontrados na vala de Perus, dos anos 1990 até o atual momento (2014); 2) Levantamento e análise de documentação primária que possa esclarecer os mecanismos de desaparecimento durante o período; 3) O estabelecimento do universo de desaparecidos a serem procurados; 4) Estabelecimento da ficha *antemortem*, dos perfis biológicos dos desaparecidos, suas características e informações sobre o desaparecimento para preenchimento de banco de dados a ser utilizado, a *posteriori*, em nível nacional; 5) Restabelecimento de contato com familiares consanguíneos, produção de genealogias (heredogramas) para futuros pedidos de amostras de DNA e realização de entrevistas com as famílias.

Compreende-se a informação *antemortem* como uma ferramenta da intervenção forense, que serve, principalmente, para a identificação de indivíduos, o estabelecimento de padrões e a localização de possíveis locais de enterro. Consiste em uma ficha e outros documentos que podem ajudar a estabelecer o perfil biológico e social de uma vítima de desaparecimento ou sequestro, na época em que o fato ocorreu (EAAF, 2013). Por outro lado, essa documentação materializa a existência da pessoa, indo na direção contrária às estratégias de desaparecimento que consistem justamente na ausência e na falta delas. É deste modo que o próprio papel, a ficha em si, é muito mais que um arrolamento de dados biológicos, pois sintetizando momentos da história de vida de alguém, ela tem papel fundamental na memória dos entes queridos – devendo, sempre, inclusive, ser devolvida aos familiares.

Os trabalhos com o projeto Perus abarcaram um denso levantamento de dados no âmbito de uma investigação preliminar, cujos objetivos foram, a partir dos trabalhos produzidos pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos (Centro de Documentação Eremias Delizoicov; ALMEIDA, 2009), ordenar, levantar e sistematizar tudo o que se encontrava disponível sobre o próprio processo de busca iniciado nos anos de 1990, cujas informações estavam distribuídas e fragmentadas entre as instituições que atuaram em diferentes momentos nesse contexto. Foram alvo de análise a documentação gerada pelos trabalhos desenvolvidos pela UNICAMP que estava sob a guarda do Instituto Médico Legal de São Paulo, a documentação disponibilizada pelo Ministério Público Federal e os arquivos da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

2. A escolha pela análise dos “desconhecidos”

Paralelo aos trabalhos já mencionados, realizou-se uma extensiva pesquisa que buscava desvendar o caminho burocrático da morte, desde a chegada do corpo no Instituto Médico Legal, passando pela realização do laudo sobre o exame necroscópico e pela produção da declaração de óbito, até sua entrada no cemitério Dom Bosco. Para tal, foram sistematizados todos os registros de exames necroscópicos de 1971 a 1975, as declarações de óbito do mesmo período e os registros de entrada do cemitério Dom Bosco, de 1971 a 1980. Na mesma direção, com base no levantamento de desaparecidos que poderiam ter sido enterrados como “desconhecidos”, foram analisados os livros de fotografias de vítimas. Partiu-se de uma abordagem sistemática de levantamento dos dados com base na documentação, cobrindo todos os documentos que se enquadravam em categorias previamente estabelecidas, gerando um *corpus* de informações que poderiam ser cruzadas, relacionando pessoas classificadas como “desconhecidos”, seu registro de entrada no IML, dados físicos (sexo, idade, vestimenta, etc.) local de morte, causa da morte e locais de inumação. O eixo que relaciona cada documento e possibilita o cruzamento dos dados é o número de entrada no IML, que deve acompanhar todos os registros produzidos sobre o referido corpo.



Imagem 1: Trabalho no Arquivo Público do Estado de São Paulo

A escolha pelo levantamento de todos os “desconhecidos” foi definida por alguns entendimentos do contexto: 1) O cemitério Dom Bosco, desde sua inauguração, é o cemitério que mais recebe “desconhecidos” na cidade de São Paulo; 2) A possibilidade de pessoas que estão sendo buscadas terem sido inumadas como “desconhecidos”; 3) A complementação do trabalho desenvolvido de maneira extensiva nos anos 1990, a partir dos nomes falsos de militantes de esquerda que desapareceram e realização de pesquisa sistemática com os registros de “desconhecidos”, podendo gerar o que nos trabalhos de antropologia forense é denominado de hipóteses de identidade. Dessa maneira seria possível uma compreensão material de como estratégias repressivas utilizaram a instituição – IML para também forçar o desaparecimento de opositores do regime.

A primeira série analisada foi a de laudos necroscópicos de desconhecidos, documentos que seguem o mesmo padrão durante todo o período analisado e contêm informações sobre a data de realização do exame, a data de falecimento, o nome do declarante, o nome do delegado e a delegacia que requisitou o exame, os dois médicos que assinam o laudo, o nome do diretor do IML na época do exame, o nome do(a) falecido(a) – que pode ser Desconhecido –, uma descrição do corpo periciado, local e hora da perícia. Em relação aos dados pessoais, aparecem informações como idade, naturalidade, sexo e profissão, um breve histórico da morte (local onde foi encontrado o corpo ou local da morte), a causa da morte, as vestes do periciado e, posteriormente, a descrição do exame em si, onde são respondidas quatro perguntas: “Houve morte?”, “Qual a sua causa?”, “Qual o instrumento ou meio que a produziu?”, “Foi produzida por meio de veneno, fogo, explosivo, asfixia ou tortura, ou por outro meio insidioso ou cruel?”

Durante a análise dos exames necroscópicos, no item “histórico”, além da falta de maiores informações ou da ausência das mesmas, há incidência de vítimas que, mesmo que encontradas no interior de suas residências, ganhavam alcunha de “desconhecido”. É a partir dos laudos necroscópicos que se torna evidente a falta de diálogo entre as instituições públicas como os IMLs, as delegacias e os cemitérios. Os dados sobre o local de encontro do corpo ou sobre qualquer indício que possa contribuir para maiores informações no documento que está sendo produzido pela perícia são poucos ou às vezes nenhum. O grande número de laudos sem referência ao local da morte – mais da metade dos laudos – evidenciam a falta de diálogo ou, talvez, a falta de sistematização e preenchimento das informações necessárias, criando lacunas e contribuindo ainda mais para dificultar a identificação. De toda maneira, a falha em qualquer segmento dessa linha burocrática que segue um corpo – delegacia de polícia – IML – cemitério pode resultar em formas de desaparecimento, uma vez que fica difícil seguir a trajetória do cadáver.

Já os livros de declaração de óbito a que a equipe teve acesso abarcam o período de março de 1971 a maio de 1975. No ano de 1971, os documentos estão agrupados por mês, ou seja, cada livro corresponde a um mês. A partir de 1972, os livros são quinzenais, o que resulta em dois livros por mês. O material é cadastrado com um número sequencial do IML/SP. O primeiro analisado, de março de 1971, tem o código IML 1628. A sequência numérica se mantém, mesmo quando os livros passam a ser quinzenais.¹⁵

A ficha da declaração de óbito é composta pelos seguintes campos: “REGISTRO No.”, “Nome”, “Sexo”, “Cor”, “Idade”, “Estado civil”, “Nacionalidade”, “Naturalidade”, “Profissão”, “Pai”, “Mãe”, “Residência”, “Lugar do óbito”, “Falecido no dia ___ de ___ de 197__ às ___ horas, vítima de _____”, “Cartório”, “Cemitério”. No final do documento, há ainda espaço para a data e assinatura do médico legista e algumas linhas adicionais, que normalmente são preenchidas com o nome do médico, do delegado, a delegacia da ocorrência e a causa da morte. Do lado direito da folha, há uma linha serrilhada, o que sugere que houve o destacamento de alguma parte do documento.

As fichas também trazem algumas anotações, sejam elas datilografadas ou à mão. Além do carimbo “FICHADO” em grande parte das fichas, aparecem informações como: tamanho do caixão e suas características (geralmente à mão, no canto esquerdo superior da ficha), a palavra “encontrado”, datilografada, à esquerda do campo onde deve ser colocada a data da morte (para

¹⁵ O livro de abril de 1971, que deveria ser o livro IML 1629, não foi disponibilizado para a pesquisa. Entretanto, o livro seguinte, de maio de 1971, é catalogado com esse número. A numeração segue sem interrupções até maio de 1975, mesmo com as lacunas apresentadas nas tabelas 1 e 2. A única exceção acontece entre o livro da 1ª quinzena de agosto (IML 1651) e o livro da 1ª quinzena de setembro (IML 1653) de 1972. O volume que seria o IML 1652 não foi disponibilizado, o que sugere sua existência. O fato da numeração contínua apesar das lacunas sugere que a encadernação desse material pode ter ocorrido depois da data de sua produção, a partir do que estava disponível na época de sua organização, e não concomitante aos falecimentos (ou pouco tempo após os falecimentos).

especificar que é a data do encontro do cadáver e não necessariamente da morte); repetição do número do IML, na parte de cima da ficha, à mão ou à caneta; siglas datilografadas na parte de cima da ficha, do lado esquerdo, depois do campo “Cemitério”, e também siglas localizadas em cima do campo “Nome”.

As informações que essa série documental traz são o cemitério de destino e o cartório responsável pelo registro, complementando os dados obtidos a partir dos laudos necroscópicos. A anotação do cemitério na declaração de óbito permite que a entrada do corpo seja verificada no livro do Cemitério Dom Bosco, o que pode esclarecer o caminho burocrático da morte e/ou apontar incongruências. É por meio dessa série documental que se pode verificar se houve interrupções no recebimento de desconhecidos pelo Cemitério em questão e se outros cemitérios também estavam recebendo desconhecidos no período. Justamente por se tratar de declarações de desconhecidos, muitos dos campos sobre informações pessoais que compõem o documento não são preenchidos.

AA
FICHADO

INSTITUTO MÉDICO-LEGAL
DECLARAÇÃO DE ÓBITO
REGISTRO N.º
Nome: Desconhecido FF n.º 5878/72

Sexo: masculino Cór: pard
Idade: 30 anos + Estado Civil: ign.
Nacionalidade: ign.
Naturalidade: ign.
Profissão: ign.
Pai: ign.
Mãe: ign.
Residência: ign.

Lugar do óbito: Sítio Cesar-Paralheiros (L. 961)
Falecido no 19 dia de novembro de 1972
às 13,00 horas, vítima de acidente -afogamento.
-mento.

São Paulo, 20 de novembro de 1972

Médico-Legista
DR. NILDO BENTON BRGARE
EL Afonso Della Monica Netto
acidente -afogamento

110-2P

S. D. - 942 - S.A.C. - S.S.P. - Mod. 119 - 11.000

Imagem 2: Exemplo de Declaração de óbito

Já os chamados “Livros de Fotografias de Vítimas” consistem em álbuns de fotografias de vítimas desconhecidas, onde as imagens estão dispostas lado a lado.¹⁶ Na maior parte das páginas, há três fileiras de fotografias, com cerca de seis delas por fileira (existem exceções). Cada pessoa tem o

¹⁶Existem também livros de fotografias de vítimas nos quais cada pessoa tem uma ficha individual. Serão chamados de “Livros de Fotografias Individuais de Vítimas” neste artigo.

tronco e a cabeça fotografados, sendo que sobre o tronco se localiza o número de identificação do IML/SP, número este que permite uma tentativa de se seguir a sequência de ações relacionadas ao corpo até o cemitério e, posteriormente, no interior deste.



Imagem 3: Capa do “Álbum de Fotografias de Vítimas” referente aos anos de 1971 a 1976. Crédito da foto: Márcia Lika Hattori.

Dos dois livros relativos à década de 70 disponíveis, foi analisado somente aquele que abarcava o período de 1971 a 1976 (**Imagem 3**). O outro livro tinha fotografias de janeiro de 1967 até fevereiro de 1971.¹⁷ Como a fundação do Cemitério Dom Bosco se deu em março de 1971, as vítimas que constavam no livro não foram enterradas lá. Por outro lado, o livro analisado tinha como início dezembro de 1971 e terminava em maio de 1976. Apesar de suas páginas não apresentarem ordem cronológica (as folhas soltas estavam misturadas), até março de 1976 não há lacunas. Contudo, faltam fotografias do final de abril e do começo de maio do mesmo ano. Vale a pena mencionar a existência de pedaços de páginas pertencentes a agosto de 1971, bem como de fotografias soltas pertencentes ao ano de 1978 e 1979 (também não condizentes ao período que este livro engloba) no meio do livro.

Entre os dois livros existe, portanto, uma lacuna de fotografias relativas aos meses que vão de março a novembro de 1971. Essa lacuna é em parte suprida por outro tipo de material, uma pasta menor, que continha as fotografias das vítimas falecidas entre agosto e novembro de 1971. Isso só

¹⁷ Vale mencionar o fato de que havia fotografias de 1978 soltas neste livro, bem como espaços em branco indicando a falta de outras fotografias.

pode ser inferido pela numeração de cada vítima, uma vez que não havia nada que indicasse os meses abarcados pelo material. Há ainda pastas semelhantes com fotografias de vítimas falecidas em parte de julho de 1974, de abril a dezembro de 1976 e de janeiro a meados de abril de 1980. A disponibilização das pastas pequenas não é sistemática, uma vez que elas abrangem apenas alguns períodos de 1971, 1974, 1976 e 1980. Há intervalos de tempo que coincidem com o material do livro analisado (1974 e 1976); outros são inéditos.

Além do livro citado e das pastas, existe também outro tipo de material. Com o título original de “Fotografias de Cadáveres de Desconhecidos”, foram consultados seguindo o intervalo temporal estabelecido para a pesquisa na documentação do Cemitério Dom Bosco (Perus), ou seja, de março de 1971 a dezembro de 1980.

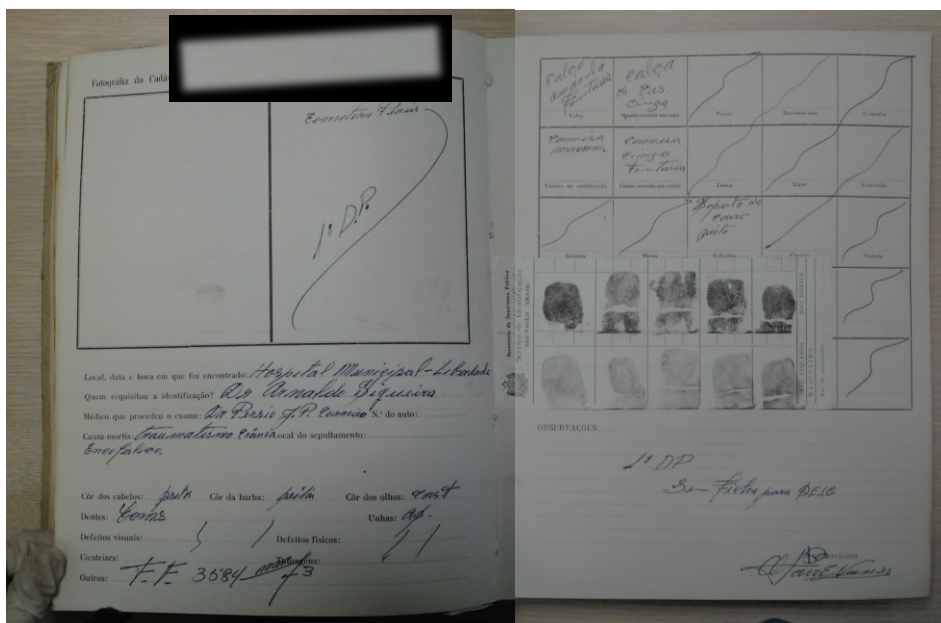


Imagem 4: Página do Livro de Fotografias Individuais de Vítimas

Este livro é composto por fichas individuais das vítimas. Até o final de 1979, as fichas individuais têm o seguinte padrão: são compostas por três páginas, sendo que a primeira delas contém o número do IML/SP dado a cada cadáver, o mês e o ano de seu falecimento (**Imagem 4**). A segunda página traz uma linha em sua parte superior destinada ao nome do cadáver; logo abaixo, há dois grandes espaços em branco. O espaço mais à esquerda é utilizado pelo IML/SP para a colagem da fotografia, enquanto que o da direita geralmente contém informações manuscritas sobre o Cemitério de destino do corpo e o cartório onde foi feito seu registro de óbito. Na sequência da página, embaixo dos espaços citados, aparecem campos para preenchimento das seguintes informações: “Local, data e hora em que foi encontrado”; “Quem requisitou a identificação?”; “Médico que procedeu o exame”; “No. do auto”; “Causa-mortis”; “Local do sepultamento”; “Côr dos cabelos”; “Côr da barba”; “Côr dos olhos”; “Dentes”; “Unhas”; “Defeitos visuais”; “Defeitos físicos”;

“Cicatrizes”; “Tatuagens”; “Outros”. A última página da ficha traz uma tabela para a descrição de peças de vestuário em cada célula e um campo extenso para observações. Por fim, no canto inferior direito há o local para a assinatura do escrivão responsável pela produção da ficha. É nessa última página também onde o IML/SP costuma colar um papel com as impressões digitais para comparação papiloscópica. Vale salientar que nem sempre todas as informações são preenchidas e nem todas as fichas trazem foto. Há casos em que as fotografias apresentadas são de outro tamanho (prática recorrente a partir de 1979), retratam o cadáver em outra posição ou ainda estão repetidas numa mesma ficha. É também digno de nota a prática de se colar um pedaço da roupa do falecido, observada em alguns registros.

Há outros dois tipos de documentos constantes nos livros, ambos envolvendo a identificação dos cadáveres desconhecidos. Um deles trata-se de um ofício enviado pelo Serviço de Identificação do Setor de Cadáveres Desconhecidos da Secretaria da Segurança Pública ao Delegado responsável, a fim de comunicar que as individuais dactiloscópicas¹⁸ dos desconhecidos listados no documento não têm similares nos arquivos do órgão. O outro documento também identifica os desconhecidos, contudo tal identificação é realizada por familiares ou amigos do falecido, por meio da consulta aos livros de fotografias de vítimas. Este documento é chamado de “Auto de Reconhecimento”.

Os dados dos Livros de Fotografias Individuais de Vítimas foram tabulados numa planilha Excel nos seguintes campos: Ano, Mês, Número do IML/SP, Nome (caso o cadáver tenha sido reconhecido), o Cemitério de destino e dois campos de Observações (para registrar ausência de fotografia, presença de alguma característica física em especial ou tatuagem). Os demais dados presentes nas fichas se repetem em outros documentos analisados pela equipe *antemortem*, como os laudos necroscópicos e as declarações de óbito.

3. O caminho burocrático da morte e a máquina de fazer desaparecer

A vala de Perus continha milhares de esqueletos, que são o resultado de um longo processo de ocultação e desaparecimento que afetou, e ainda afeta, a população da grande São Paulo. Entre esses esqueletos, há vítimas da ditadura militar, muitas das quais transformadas em *desconhecidos*, categoria que embora envolva a produção de uma documentação com vistas à possível restituição da identidade, por outro, na sua burocracia e falta de sistematização no preenchimento dos documentos, resulta em processos de destruição da identidade individual e coletiva dos sujeitos de modo oficial, pois tal processo se situa dentro de um sistema estatal.

O desafio de preencher lacunas sobre a política de desaparecimento empreendida na cidade de São Paulo colocou-se como parte fundamental do trabalho de análise dos remanescentes

¹⁸ Optou-se aqui por utilizar o termo presente no ofício.

humanos da Vala Clandestina de Perus. Como um caso aberto – qualquer um poderia estar na vala –, buscamos compreender e delimitar o universo das pessoas que estávamos analisando.

O tratamento estatístico possibilitou gerar tabelas como a apresentada abaixo, obtida a partir da análise preliminar de um dos campos preenchidos com base nos exames necroscópicos. Por meio dos dados é possível levantar suspeitos, como é o caso dos desconhecidos que vêm de delegacias como o DEOPS, o DEIC ou mesmo a 36ª DP, ao lado do DOI-CODI. Além disso, estar ilegível ou mesmo sem o preenchimento da delegacia de origem gera lacunas, dificultando, como já mencionado antes, a busca de familiares por seus entes queridos.

Dados preliminares gerados a partir dos exames necroscópicos de 1971 – 1975.
Número de pessoas desconhecidas por delegacia de ocorrência

Delegacia	Contagem
DEGRAN	355
D. P. Guarulhos	124
7 DP	120
43 DP	115
11 DP	102
22 DP	94
D. P. Osasco	86
4 DP	82
1 DP	79
30 DP	79
8 DP	76
5 DP	75
2 DP	72
33 DP	68
34 DP	64
3 DP	60
19 DP	58
10 DP	54
12 DP	46
27 DP	46
15 DP	45
20 DP	44
32 DP	43
25 DP	40
17 DP	39
39 DP	39
35 DP	36
28 DP	34
18 DP	31
13 DP	29
26 DP	29
D. P. Barueri	27
D. P. Itapeverica da Serra	25
16 DP	25
D. P. Franco da Rocha	25
29 DP	25
9 DP	24
21 DP	24

Delegacia	Contagem
14 DP	23
23 DP	23
D. P. Carapicuíba	21
24 DP	20
D. P. Itapevi	18
6 DP	18
D. P. Cajamar	18
D. P. Itaquaquetuba	17
D. P. Cotia	16
D. P. Mairiporã	16
D. P. Embu	16
D. P. Arujá	16
(vazio)	15
44 DP	14
42 DP	14
40 DP	13
DEOPS	12
38 DP	12
D. P. Santa Isabel	11
D. P. Juquitiba	11
36 DP	11
41 DP	10
D. P. Caieiras	10
Seccional Centro	10
37 DP	9
31 DP	9
D. P. Santana de Parnaíba	8
ilegível	7
D. P. Pirapora do Bom Jesus	5
D. P. Taboão da Serra	5
D. P. Suzano	3
D. P. Embu-Guaçu	3
Seccional Norte	3
Seccional Sul	3
D. P. Jandira	2
DEIC	2
D. P. Miracatu	2
D. P. Francisco Morato	2
DIVISÃO DE CRIMES CONTRA A PESSOA	2
D. P. São Bernardo do Campo	2
D. P. São Caetano do Sul	1
DIVISÃO DE CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO	1
D. P. Itapeçerica da Serra	1
D. P. Santo André	1
D. P. Lençóis Paulista	1
D. P. Santo Amaro	1
Juizado de Menores (da Rua Angatuba - Pacaembu)	1
DCCP – DEIC	1
Juizado de Menores	1
MM. Juiz de Direito da Sexta Vara Criminal	1
Juízo de Direito da Décima Vara Distrital - Casa Verde	1

Delegacia	Contagem
D. P. Santana de Guarulhos	1
Juízo da Vara de Menores - Capital	1
D. P. Itapeví	1
D. P. Jacareí	1
D. P. Poá	1
D. P. Diadema	1
Juízo de direito da segunda Vara do Júri da Comarca da Capital	1
SECCIONAL LESTE	1
D. P. Parelheiros	1
D. P. Ferraz de Vasconcelos	1
Total Geral	2892

A análise preliminar realizada em três séries documentais do IML-SP tem mostrado que:

- A quantidade de registros arquivados não é a mesma entre as séries documentais, ou seja, não existe um mesmo número de documentos para laudos necroscópicos, declarações de óbito e fotografias de vítimas. A quantidade de laudos necroscópicos é muito inferior ao das declarações de óbito, por exemplo;
- Há falta de preenchimento sistemático dos registros, o que pode ter sido acarretado pela simples falta de diálogo entre instituições como as delegacias de polícia e o IML. Exemplo disso são os muitos laudos necroscópicos que não apresentam qualquer dado sobre o histórico do corpo. Há outros em que sequer estão preenchidos o campo sobre o local onde o corpo foi encontrado. Essa ausência de informação também acontece em relação à delegacia responsável pela ocorrência;
- Há lacunas na documentação. Meses inteiros não constam na série, como no caso das declarações de óbito. Sem dúvida, o livro encadernado pode ter se perdido, mas quando se trata de uma documentação que pode auxiliar na busca pela identidade de um corpo, todo e qualquer papel é importante. Alguns médicos legistas atuaram de maneira muito mais cotidiana no IML do que outros. Por exemplo, os casos dos médicos legistas Harry Shibata e Isaac Abramovitch;
- Existem diferentes formas de classificar ou nomear desconhecidos: por exemplo, por meio de apelidos ou como Maria de Tal, José de Tal, Ossada, desconhecido menor, Nati-viva desconhecida etc.;
- Folhas de papel soltas, com registros manuscritos de corpos sem declaração de óbito também são frequentes na documentação (**Imagem 5**).

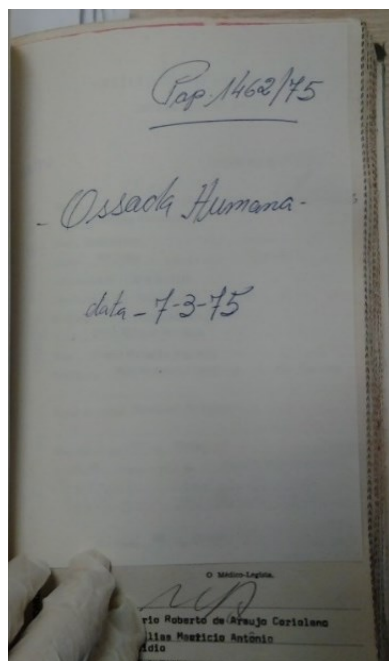


Imagem 5: Folha solta com registro manual de "Ossada"

Assim, ao longo do trabalho, verificou-se que, embora seja um corpo documental produzido por uma única instituição, o conjunto da documentação aponta para uma falta de sistemática no preenchimento e em seu arquivamento, gerando aquilo que temos denominado de desaparecimento administrativo. Assim, quando um familiar vai a busca de seu ente querido desaparecido há alguns anos, encontra lacunas que podem estar na falta de preenchimento do local da morte, numa descrição presente no laudo necroscópico muitas vezes não coincidente com a descrição existente no livro de fotografias de vítimas, e nos nomes e sobrenomes que se perdem nesse caminho burocrático da morte.

Analisando as questões discutidas acima, nota-se claramente o impasse entre Memória e Esquecimento, fundamentais nos debates sobre a preservação e divulgação de arquivos relacionados a conflitos, neste caso, ao período da ditadura militar no Brasil. Com relação à Memória, temos tanto as memórias individuais quanto as coletivas, e estas se constroem a partir de forças sociais em constante luta pelo controle e exercício do poder, e pela determinação do que se quer passar à posteridade como verdade (FERREIRA, 1995), sabendo que ambas são vulneráveis a usos e manipulações (ARAUJO; SANTOS, 2007).

No que diz respeito à formação e preservação de arquivos relacionados a períodos de dominação e violência, em que direitos humanos são desrespeitados, há sempre uma luta política importante sendo travada a cada momento. Ao longo do século XX, a grande demanda dos que foram vítimas de governos totalitários e repressivos deu-se em torno de movimentos pelo resgate da memória. Os arquivos, artefatos e relatos do passado têm sido utilizados como provas de um passado que foi

deliberadamente esquecido pelas versões oficiais da história. Procura-se lembrar tudo aquilo que foi deliberadamente colocado no limbo da história. A lembrança, contudo, está vinculada àqueles que têm o poder, pois são eles que decidem quais narrativas deverão ser lembradas, preservadas e divulgadas (ARAUJO; SANTOS, 2007, p. 99).

Porém, como forma de controlar essas memórias e garantir a continuidade do esquecimento, por muito tempo os documentos relacionados ao contexto estavam inacessíveis. O acesso a documentos públicos tornou-se uma demanda para que se possa contar essa parte da história do Brasil. Esses documentos produzidos na esfera pública são de interesse da sociedade, têm função probatória e valor para a pesquisa histórica (ESPINDOLA; SILVA, 2010, p. 116).

No entanto, verifica-se ao analisar essas séries documentais que o problema é bem mais profundo, e se estabelece na elaboração e organização dessa documentação. A informação é omitida ou manipulada desde a sua criação, e a falta de uma estrutura organizacional que prime pelo arranjo documental e pelo estabelecimento de processos contínuos de informação mantém o fluxo do “desaparecimento administrativo”. Ou seja, as diferentes instituições não geram um banco de dados complementar e efetivo, agilizando o acesso à informação. Pelo contrário, são criadas, em oposição, séries documentais independentes, em que a rotina das atividades acaba por dificultar as comparações e facilitar a permanência de “erros”, provocando um acúmulo desordenado de documentos.

Atualmente, as áreas de gestão da informação apresentam novos problemas relacionados a esse tipo de documentação. Estes problemas estão relacionados aos suportes documentais e sua conservação e guarda. As instituições de guarda, atuais responsáveis por esses arquivos, tiveram que lidar, emergencialmente, muitas vezes, com problemas de deteriorização e risco de perda dessa documentação. Alternativa para isso foi a criação de projetos específicos para gerir e organizar esses arquivos, para disponibilizá-los ao público, como foi o caso do Projeto Memórias Reveladas, que tem por objetivo atuar como um polo difusor de informações contidas nos registros documentais sobre as lutas políticas no Brasil nas décadas de 1960 a 1980 (AZEVEDO, 2011). Em outros casos, muitos desses arquivos permanecem da forma com que foram entregues às instituições de guarda, o que dificulta o acesso à informação, pela falta de domínio do conteúdo e por não estarem tratados arquivisticamente.

Refletir sobre o conteúdo dessas séries documentais, sua constituição, organização e conteúdo, compará-lo de forma sistemática e estabelecer relações com o restante da documentação que envolve o caminho da morte neste contexto, permite visualizar as estratégias existentes na ocultação de corpos, muito atuante no período da ditadura, mas notadamente persistente nos dias de hoje.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Criméia et al. *Dossiê Ditadura: mortos e desaparecidos políticos no Brasil (1964-1985)*. São Paulo: IEVE; Imprensa Oficial, 2009.

ARAÚJO, Maria Paula N.; SANTOS, Myrian S. dos. História, memória e esquecimento: implicações políticas. *Revista Crítica das Ciências Sociais*, Coimbra, n. 79, p. 95-111, 2007.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. *Os arquivos das polícias políticas*. Reflexos de nossa história contemporânea. 1994.

AZEVEDO, Desirée de L. Documento reservado. Verdades, segredos e disputas pela memória nos acervos da Ditadura Civil Militar brasileira. *Teoria e Cultura: Revista da Pós-graduação em Ciências Sociais da UFJF*, Juiz de Fora, v. 6, n. 1 e 2, 2011.

BRANDÃO, Amanda. *Relampejos do passado: inscrição da morte no espaço público através da exumação de corpos de desaparecidos políticos da ditadura militar brasileira*. 2015. Dissertação (Mestrado)–Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2015.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. *Relatório/Comissão Nacional da Verdade*. v. 1. Brasília: CNV, 2014.

BRASIL. Ministério da Justiça e Comissão da Anistia. *Vala Clandestina de Perus*. Desaparecidos políticos um capítulo não encerrado da história brasileira. São Paulo: Instituto Macuco, 2012

DAMATTA, Roberto. A mão visível do Estado: notas sobre o significado cultural dos documentos na sociedade brasileira. *Anuário Antropológico*, Rio de Janeiro, n. 99, p. 37-64, 2002.

EQUIPO ARGENTINO DE ANTROPOLOGÍA FORENSE - EAAF. Informe técnico. *Projeto Cooperação Perus*. São Paulo, 2013.

ESPINDOLA, Claudia; SILVA, Ive. A Preservação de documentos do DOPS no APERJ. *Acervo: Revista do Arquivo Nacional*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 2, p. 115-124, jul./dez. 2010.

FERREIRA, Lúcia de F. G. A organização de arquivos e a construção da memória. *Saeculum: Revista de História da UFPB*, João Pessoa, n. 1, p. 50-58, jul./dez. 1995.

INTERNATIONAL COMMITTEE OF THE RED CROSS. *Living with absence: helping the families of the missing*. Geneve, Switzerland, July, 2014.

MEMORIAL DA RESISTÊNCIA DE SÃO PAULO. *Programa Lugares da Memória*: Instituto Médico Legal (IML/SP). São Paulo, 2015.

QUADRADO, Felipe F. *Relatório 3*. Documento técnico contendo o relatório de busca de fontes primárias complementares sobre os desaparecidos potencialmente inumados na Vala de Perus. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Brasília, 2015.

SANTOS, Luciano Felipe dos. *Paul Aussaresses: um general francês na ditadura brasileira (um estudo de caso)*. 2014. Dissertação (Mestrado)–Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2014.

TAUHYL, Ana Paula M. et al. *El papel de la documentación del Instituto Médico Legal (IML) en trabajos de antropología forense en Brasil*. Caderno de resumos. Congreso de la Asociación Latinoamericana de Antropología Forense. ALAF. Montevideo, 2015.

TELES, Janaína A. *Métodos e técnicas de ocultação de corpos na cidade de São Paulo*. Relatório Final da Comissão Estadual da Verdade Rubens Paiva. São Paulo: ALESP, 2015.